

# **OS GRUPOS ESCOLARES EM CACHOEIRA DOURADA, GO: UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO SUL DE GOIÁS, 1960-70**

## ***THE SCHOOL GROUPS IN CACHOEIRA DOURADA, GO: A HISTORY OF EDUCATION IN THE SOUTH OF GOIÁS, 1960-70***

Élida Cristina Silva Ferreira\*

**Resumo:** A história das instituições escolares tornou-se campo importante das pesquisas sobre a educação no Brasil. Esta pesquisa objetivou construir uma compreensão histórica das relações entre governo de Goiás e Governo Federal na formação e no desenvolvimento da educação em Cachoeira Dourada. De natureza documental e empírica, a pesquisa seguiu princípios do método dialético marxista com procedimentos da abordagem qualitativa. O recorte da pesquisa se refere ao intervalo de 1960 a 1971. De acordo com as leituras históricas e documentais realizadas, podemos dizer que os primórdios da história da educação nesse distrito estiveram ligados aos interesses dos políticos. Portanto, coexistiram nesse período dois tipos de escolas subvencionadas pelo Estado: um grupo escolar mantido pelo município e outro por uma empresa estatal.

**Palavras-chave:** História das instituições escolares; Instituições escolares em Goiás; Grupos Escolares em Cachoeira Dourada; Intersecção do público com o privado.

**Abstract:** The history of school institutions has become an important field of research on education in Brazil. This research aimed to build a historical understanding of the relationship between the government of Goiás and the Federal Government in the formation and development of education in Cachoeira Dourada. With a documentary and empirical nature, the research followed principles of the Marxist dialectical method with procedures of the qualitative approach. The research refers to the interval from 1960 to 1971. According to historical and documentary readings, the beginning of the history of education in this district is linked to political interests. Therefore, two types of state-subsidized schools coexisted during this period: one school group maintained by the municipality and the other by a state enterprise.

**Keywords:** History of schools as institutions; Schools in Goiás; Schools in Cachoeira Dourada; Intersection between public and private.

A história das instituições escolares parece ter se firmado como área produtiva do ponto de vista da pesquisa acadêmica. Há um volume relevante de estudos sobre a criação, o funcionamento e a extinção, em alguns casos, de escolas que registram, em sua existência, as transformações pelas quais passou a sociedade que delas se valeu para educar filhos e filhas. Arquitetura, mobiliário, registros formais de seu funcionamento e outras marcas do passado, assim como a memória do corpo docente, gestor e funcional, ajudam a entender os valores e as tradições que permearam as transformações que levaram à consolidação de uma sociedade, uma economia, uma cultura e uma comunidade<sup>1</sup>.

---

\* Mestranda – Programa de História e Historiografia da Educação – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG. E-mail: elidacristinas@gmail.com

Todavia, cabe dizer que tal vertente de pesquisa parece ser mais profícua em certos lugares, e noutros não. Embora algumas universidades no Brasil invistam nas pesquisas sobre instituições escolares, de acordo com Valdez e Barra, em Goiás há certa carência desses estudos. Com efeito, parece haver uma lacuna considerável na compreensão acadêmico-científica do surgimento, da estruturação e do financiamento das escolas públicas em Goiás (VALDEZ; BARRA, 2012).

Embora possa oferecer uma visão abrangente dos processos educacionais – daí ser objeto-chave na história da educação no Brasil –, é provável que a história das instituições escolares ainda seja bem lacunar em sua abrangência; ou seja, talvez haja instituições pouco representadas nos enfoques, a exemplo de “[...] escolas de formação para o trabalho e as mais modestas destinadas à população carente, como escolas comunitárias ou de caráter assistencial” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 25).

Nesse sentido, esta pesquisa contribui para ampliar a reflexão sobre a história das instituições escolares em Goiás ao tomar como objeto de estudos a constituição dos Grupos Escolares em Cachoeira Dourada no contexto posterior às discussões sobre o público e o privado na educação nacional, que culminou na aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1961. Trata-se de um estudo inédito, ao menos, pelo que pudemos constatar em nossas buscas em bancos de dados na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de São Paulo (USP) e domínio público. As escolas criadas em função de projetos desenvolvimentistas como a construção de Usina Hidrelétrica de grande porte, a exemplo das hidrelétricas (também as siderúrgicas e as mineradoras), cuja edificação e funcionamento demandaram contingentes de mão de obra, que era necessária para projetar, estruturar e erguer vilas para operários, engenheiros e diretores.

Criadas em um período de relativização das relações entre a ação educacional pública e privada na educação, isto é, nos anos que antecederam a publicação da LDBEN em 1961, tais escolas parecem oferecer um campo fértil para entender mais a fundo as relações entre desenvolvimento econômico e educação; isto é, entender a posição que a educação ocupou nos planos nacionais de desenvolvimento brasileiro e o quanto o governo financiou escolas que eram, ao mesmo tempo, públicas – os alunos não pagavam – e particulares – nelas só estudavam funcionários. Assim, a pesquisa poderia ampliar a tipologia escolar construída até o momento pela história das instituições escolares. Daí que se justificaria epistemologicamente.

De acordo com Romanelli (2012, p. 75), “As relações que podem existir entre o sistema educativo e o sistema econômico são, assim, mais profundas”. Ambas definem

as medidas de melhorias ou declínios do processo educativo. A industrialização nos anos de 1950 em Goiás houve uma intensificação maior, sobretudo com Juscelino Kubitschek e com o capital estrangeiro. “Noutros termos, o aporte de recursos internacionais apresenta-se como solução alternativa de desenvolvimento econômico; isto é, inaugura-se um novo modelo de industrialização” Com esse modelo de industrialização em Goiás, “[...] a economia brasileira foi se moldando à associação com o capital financeiro internacional, consoante com o plano pós-guerra de imposição de uma nova ordem mundial” (CRUZ, 2014, p. 5)

Então com o resultado do plano político econômico dos Governadores de Goiás Pedro Ludovico e de Minas Gerais Juscelino Kubitschek no início dos anos de 1950. Surgiu na região das cataratas da Cachoeira Dourada, cujas margens abrigavam um povoado de pescadores e pequenos agricultores uma construção de uma Usina Hidrelétrica. Esta forneceria energia, a princípio, à capital goiana, sendo que depois abasteceu também a capital federal, erguida no Centro-Oeste.

A essa construção subjaziam, também, investimentos estrangeiros à altura do empreendimento. A marca de empresas multinacionais, sobretudo da indústria petrolífera e de veículos, passou a compor o campo visual da população, dada sua presença em postos de combustíveis e em veículos como caminhões e peruas. Esses elementos eram estranhos diferentes do contexto rural, simples, ainda permeado por veículos rudimentares como o carro de boi e carroça. Essas empresas foram responsáveis por empregar parte da população de Cachoeira Dourada desvinculada das atividades laborais da Usina Hidrelétrica. Mais que isso, essa indústria gerou postos de trabalho, a exemplo dos frentistas e dos motoristas. Estas informações foram analisadas nas fontes de fotografias que me serviram de embasamento para esta pesquisa.

Com efeito, Goiás se projetou como unidade da federação que abrigava em seu território o Distrito que é o centro do poder político nacional. O estado se renovava e creditou a renovação a Juscelino Kubitschek, alçado à condição de cidadão goiano. Como face materialmente mais visível do quão arrojado era o plano de desenvolvimento, as hidrelétricas marcaram a entrada de Goiás na era dos “50 anos em 5” divulgada pelo governo de Kubitschek; e com elas entraram em Goiás (e noutros estados, conforme a demanda) migrantes de várias regiões para construí-las e fazê-las funcionar, assim como goianos do norte rumaram para o sul goiano a fim de suprir a demanda por operários. Empresas da construção pesada, de instalações mecânicas e elétricas, dentre outras especialidades, que atuaram na constituição da Usina Hidrelétrica, demandaram uma mão de obra tal que atraiu contingentes volumosos. Aí

se incluíram os que ajudariam a erguer esta obra, trabalhadores temporários, e os que ajudariam a empresa a produzir energia, como operários, supervisores, gerentes e diretores, contratados pela empresa estatal Companhia Energética de Goiás (CELG). Nesse contexto, deu-se a criação do Distrito de Cachoeira Dourada pela Lei Municipal nº 386, de 27-09-1962, subordinado a Santa Rita do Paranaíba, um município de Goiás, hoje Itumbiara.

Desses contingentes, muitos fixaram residência no então Distrito de Cachoeira Dourada, pertencente ao município de Itumbiara, compondo o perfil da população que formaria a futura sede municipal. Com o aumento da população, o estado providenciou as primeiras escolas na década de 1960 para essa região.

A pesquisa aqui relatada converge para esse contexto ao buscar refletir historicamente sobre as primeiras escolas de Cachoeira Dourada. Esta pesquisa apresenta um recorte que se refere ao intervalo de tempo 1960-71, que compreende a história da criação e implantação dos Grupos Escolares em Cachoeira Dourada, até os anos de 1971. Neste ano foi que se extinguiu da nomenclatura educacional um símbolo-chave da República e da democratização educacional no país: o Grupo Escolar. Assim, o primeiro Grupo Escolar criado pelo Estado foi o Tombo D'água, criado em 1960; o segundo, em 1964, foi o Grupo Escolar Cachoeira Dourada, que em 1968 mudou o nome para Instituto Novo Goiás; e o terceiro, em 1968, foi o Grupo Escolar José de Paiva.

Os dois primeiros Grupos Escolares criados nos primórdios da escolarização desse distrito foram subvencionados pelo Estado: o Grupo Escolar para a clientela do povoado foi o Tombo D'água, subvencionado pela rede municipal de Itumbiara; e a escola da UHE na Vila dos operários, subvencionada primeiramente pelas empresas consorciadas da obra e depois pela CELG, empresa estatal. Já o terceiro Grupo Escolar José de Paiva era mantido pelo poder municipal.

Convém frisar essa separação entre Vila e Distrito, havia barreiras físicas entre um lugar e outro. Havia uma distância de 6 quilômetros entre o aglomerado de casas do povoado que era perto da guarita, para a área destinada as casas dos operários da Usina Hidrelétrica – Vila Operária. Os funcionários que possuíam cargos de chefia moravam em outra vila, também levantada pelo mesmo consórcio – a Vila dos Operadores. Ambas as vilas eram interditadas para a entrada de qualquer pessoa, a população do Distrito só entrava nas vilas com ordens dos superiores.

A escrita dessas escolas pode suscitar uma “atualização” dos vínculos entre educação e desenvolvimento que remontam aos primórdios da República, quando a educação foi vista como motor do progresso (VIDAL, 1974). Pode-se entender que era

preciso ter educação de qualidade para assegurar a continuidade do desenvolvimento, porque supostamente os Grupos Escolares eram incapazes de fazer isso. Não por acaso foram extintos em 1971. Sobretudo podemos entender como se deu a história das instituições escolares de Cachoeira Dourada de Goiás e a interseção entre o público e o privado nos anos de 1960 a 1971. Quem de fato as criou? Quem as manteve? De onde provinha o financiamento para as manutenções? A quem coube concretizar sua estruturação material e funcional (construção de prédio, aquisição de mobiliário e contratação de profissionais)? Como eram as contratações de professores? Quem os pagava? Quais eram as diretrizes curriculares, pedagógicas e didáticas? Quem estudava nessa escola?

Portanto, na trajetória da pesquisa foi possível identificar nas instituições estudadas as circunstâncias de criação, a conquista da estrutura física, o mobiliário, o número de professores, o financiamento, as festividades que comemoravam as formaturas e como era o sistema de avaliação – foram analisados exames finais, desfiles, reunião de pais e relações com outras instituições, como a Igreja e empresas. Com essa pesquisa pudemos compreender melhor as relações históricas entre educação e o desenvolvimento econômico de um município no interior de Goiás, compondo, então, uma história educacional local.

Do ponto de vista da abordagem do objeto de estudo, a investigação seguiu um enfoque histórico problematizador e procedimentos qualitativos e quantitativos. Qualitativos porque busca construir uma compreensão sistemática de certos fenômenos complexos internamente – a educação – e suas relações com outros fenômenos – a política e a economia; e porque busca entender facetas da realidade social não quantificáveis, ou seja, que pressupõem um universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes permeadas pela dimensão subjetiva, não redutíveis à quantificação de variáveis (MINAYO, 1994). Quantitativa porque a pesquisa recorre a fontes estatísticas.

A pesquisa buscou adotar, como metodologia de investigação, os elos entre os modos pelos quais a sociedade produz e garante sua existência material e a escola que ela cria nesses processos. Tal método pressupõe obter dados empíricos – “[...] suas várias formas de evolução e suas mútuas conexões” – quando o pesquisador pretende materializar sua forma de ver “[...] o movimento real da história” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 79).

A investigação se estruturou em procedimentos elementares – contextualização histórica, arrolamento de fontes, leitura analítica e interpretação das fontes – que se

desdobraram em outros: *levantamento* de bibliografia não acadêmica e acadêmica para compor um quadro histórico crítico-descritivo do contexto político, econômico, social e demográfico em que se situou a formação de Cachoeira Dourada como distrito e, assim, projetar o desenvolvimento da educação pública; *conversas informais* com moradores mais antigos e entrevistas com ex-alunos, ex-professores e ex-diretores e ex-funcionários de escolas; *visita* aos arquivos das escolas, da Câmara de Itumbiara e ao arquivo público de Goiânia, GO; desenvolvimento de atividade pedagógica<sup>ii</sup> envolvendo alunos da educação básica no levantamento de registros do passado de Cachoeira Dourada que pudessem ser úteis para escrever parte da história do Instituto Novo Goiás.

As *fontes documentais* levantadas incluíram: atas da Câmara e legislação (escolar e não escolar), ofícios, memorandos, notícias de jornal, reportagens de revistas, diários, livros de matrícula, livros de ponto, manuscritos, caderno de aluno e atas de reunião, dentre outros. As *fontes bibliográficas* incluem livros memorialistas e as memórias que uma ex-diretora escreveu sobre a escola pesquisada. As *fontes estatísticas* incluem dados educacionais e demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As *fontes iconográficas* se referem às fotografias encontradas tanto nos acervos das escolas quanto de particulares. As *fontes orais* incluem conversas informais com ex-diretores, ex-alunos, ex-professores e ex-funcionário de escolas, assim como com moradores mais antigos de Cachoeira Dourada.

#### *As instituições escolares de Cachoeira Dourada-GO*

As origens da educação escolar em Cachoeira Dourada, Distrito de Itumbiara, GO, remetem aos anos de 1930. São as chamadas escolas isoladas. Os Grupos Escolares, que reuniram essas escolas, surgiram na década de 1960, com o adensamento da população urbana resultante da migração. Então tido como modelo de escola pública, o Grupo Escolar ganhou contornos singulares em Cachoeira Dourada, onde conviveu, durante certo tempo, um Grupo Escolar criado pelo município, segundo os moldes nacionais e para a população em geral. O segundo Grupo Escolar foi criado mediante parceria entre a CELG e empresas empreiteiras, Convap, Irecil e Mendes Júnior, para atender apenas a população vinculada formalmente à construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada. Portanto, havia um Grupo Escolar público, mantido pela prefeitura de Itumbiara, e outro Grupo Escolar privado, mantido em parte com verba do governo estadual representado pela CELG.

Falar em escola pública e escola particular no começo na década de 1960 é falar de duas questões importantes: o conceito de Grupo Escolar e o contexto das relações

entre o público e o privado na educação que aconteceram em um processo que terminou na aprovação da primeira LDBEN de 1961. Assim, antes de situar a criação de escolas públicas e privadas em Cachoeira Dourada, é importante compreender um pouco dessas questões.

### *As relações entre o público e privado: a LDBEN de 1961*

A história da educação no Brasil mostra que desde os primórdios houve um jogo entre a esfera pública e a esfera privada, em que uma se contrapõe à outra. Após os anos de 1930, a discussão entre o público foi um debate polêmico em torno de dois grupos de interesses: de um lado os defensores da escola pública; de outro lado os defensores da escola privada. Os estudos mostram não só disputa e discordância, como também aderência, convivência e troca entre os lados, e também como os conflitos se intensificaram e ganharam tom mais ideológico. O ápice do debate foi a aprovação da primeira LDBEN, de 1961, cujos artigos 93, 94 e 95 prescreveram subsídios financeiros a escolas particulares mediante bolsas de estudo e financiamento da edificação dos prédios. Esse contexto de debate se projeta no nível estadual – por exemplo, em Goiás – e no nível municipal – a exemplo de Cachoeira Dourada, onde a educação pública começou a ser estruturada no momento em que o debate sobre seus rumos se intensificou e onde uma escola, em particular, exemplifica bem as relações entre o público e o privado.

“Uma escola pública nacional poderia ter decorrido da aprovação da lei das escolas de primeiras letras, de 1827, mas isso acabou não acontecendo”, diz Saviani (2005, p. 173). Mas o Estado monárquico ficou responsável por algumas escolas do município da Corte e de cidades de mais projeção. O Estado se dizia sem condições de construir mais prédios escolares públicos e contratar professores; ou seja, não conseguia efetivar as leis promulgadas da instrução pública. Com isso, abriu margem para a iniciativa privada – ou seja, a quem quisesse construir escolas e oferecer educação. Então, certas famílias e a Igreja Católica assumiram aos poucos a oferta de educação a quem pudesse pagar por ela – a elite econômica – ainda que as escolas funcionassem com autorização e subvenção do Estado. Conforme Xavier (2003) estavam excluídos dessa escola privada os homens livres necessitados, os escravos, os mestiços, os desprovidos de cidadania e os filhos dos pequenos comerciantes. Em um país agrário, as elites – e a Igreja, alinhada no poder – ofertava a educação às elites; acreditavam que a população pobre não carecia de escolarização.

Após proclamação da República, ganhou “corpo e voz” o ideário do progresso nacional. Em tal ideário, escolarizar o povo brasileiro era elemento-chave para fazer a nação progredir. A educação pública passou a ser vista como saída para superar o “atraso” e alçar o país à condição de nações europeias, tais como Inglaterra e França. Políticos e intelectuais como Rui Barbosa defendiam os ideais liberais e lutavam em favor da escola pública; seus pareceres enfatizam que os países mais desenvolvidos da Europa investiam em educação. Ele dizia ainda que a nação mais instruída e desenvolvida cientificamente chegaria ao sucesso. “O povo mais instruído superaria o menos instruído” (MACHADO, 2002, p. 7). Mais que isso, seu pensamento convergia para estruturação de um sistema nacional de ensino com uma escola leiga, gratuita e obrigatória.

[...] Rui Barbosa recomendava a criação de um sistema nacional de educação, propondo uma reforma que teria início no jardim de infância e se estenderia até as faculdades. Indiscutivelmente, os pareceres de Rui Barbosa eram reflexos do esmero e dedicação, destinados por esse grande intelectual brasileiro, às causas pelas quais acreditava (MACHADO, 2002, p. 7).

Contudo, o governo republicano não assumiu a instrução pública como se esperava: muito do que deveria ser feito para constituir um sistema educacional ficou sob responsabilidade dos governos estaduais e municipais. Nessa lógica, o governo federal não inovou em política educacional, como esperavam os intelectuais que defendiam a renovação; tampouco houve uma ruptura total com o ensino privado e religioso. Mas não arrefecia o desejo dos idealizadores de implantarem no país uma educação elementar gratuita e em massa; nem de unificar uma tipologia variada de escolas e compor um sistema escolar.

De fato, coube ao Governo Estadual buscar inovar na educação pública. Em 1890, o estado de São Paulo fez sua primeira reforma educacional, cuja importância se traduz na ideia de Grupo Escolar: modelo de escola graduada (serial) que se espalhou país afora e serviu de base para uniformizar a educação no país, inspirado no modelo de Grupo Escolar da Europa do fim do século XIX. A criação e abertura de Grupos Escolares subjazeu o propósito de massificar a escolarização segundo uma nova lógica pedagógica: aquela que organiza o processo de ensino e aprendizagem escolar em séries, nas quais o aluno avança gradualmente da primeira para a quarta série, por exemplo; aquela em que há um professor para apenas uma turma. Desta forma, a organização do ensino primário em São Paulo serviu de exemplo para outros estados.

A disseminação do modelo escolar paulista para outros estados brasileiros foi marcada por ambigüidades envolvendo atração, repúdio e apropriações diversas, e deve-se não somente à hegemonia política e econômica de São Paulo em relação aos demais estados da federação, mas também, e, sobretudo, à visibilidade e força exemplar dos novos métodos de ensino e instituições de educação pública, sintonizados com as inovações educacionais empreendidas nos países europeus e nos Estados Unidos e estreitamente associadas aos ideais de modernização da sociedade brasileira. Educadores paulistas foram contratados por governos de vários estados para participarem do processo de reorganização da instrução pública. Outro expediente utilizado foi o financiamento de visitas comissionadas ao estado paulista (SOUZA, 2006, p. 118-119).

Os estados que mais se destacava no início do século XX, aderiram rapidamente ao movimento educacional republicano, construindo assim seus primeiros Grupos Escolares, com semelhanças na arquitetura imponente. Ou seja, as construções dos Grupos Escolares tinham uma arquitetura requintada para mostrar a imponência da instituição e do seu ensino, evidenciando também a importância da escola primária nos estados que aderiram às mudanças do ensino primário. Sobre os prédios escolares, Souza e Faria Filho relatam:

A qualidade dos prédios escolares – beleza, imponência e exuberância –, marco relevante do investimento público em educação, não predominou em todas as regiões do país e nem mesmo nos estados de São Paulo e Minas Gerais. À exceção de uns poucos edifícios considerados verdadeiros palácios, prevaleceram edificações modestas com poucas diferenciações internas além das salas de aula. Registraram-se, ainda a precariedade e a insuficiência dos prédios, problema acentuado no ensino primário em todo o país (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 36).

Igualmente, foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, com o objetivo de difundir as ideias renovadoras educacionais na tentativa de sistematizar o ensino. Nesse movimento modernizador e reformador estavam os chamados pioneiros da educação nova; ou seja, educadores como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Roquete Pinto, Hermes de Lima, Cecília Meireles, Anísio Teixeira e outros. Eles foram responsáveis pela criação da chamada “reconstrução educacional no Brasil”, mais conhecida como *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, publicado em março de 1932 (SAVIANI, 2005). O documento enfatiza o maior problema nacional: a falta de condições econômicas para desenvolver um sistema público de qualidade. Um modelo escolar público, obrigatório, laico e gratuito, reafirmando os ideais republicanos.

Segundo Saviani (2005, p. 33), o *Manifesto...* é um legado importante porque

[...] propunha-se a realizar a reconstrução social pela reconstrução educacional. Partindo do pressuposto de que a educação é uma função essencialmente pública, e baseado nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e unicidade da escola, o manifesto esboça as diretrizes de um sistema nacional de educação, abrangendo, de forma articulada, os diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade.

Preparado para ter impacto na opinião pública, o *Manifesto...* expôs seus responsáveis como líderes no movimento em defesa da escola pública e daria base para investidas futuras em defesa da gratuidade e qualidade da educação. Ao ser contra o controle da Igreja Católica sobre a educação, o *Manifesto...* suscitou críticas, sobretudo da Igreja e setores aliados, desfavoráveis ao documento. Afinal, ela tinha em seu poder o controle da maior parte das escolas privadas.

Nas décadas de 1940 e 50 instaura-se um conflito político-ideológico entre aqueles educadores e alguns intelectuais ligados à Igreja Católica. No jogo de interesses que se estabeleceu,

[...] os pioneiros foram acusados de comunistas pelos católicos, por defenderem a educação pública estatal, identificada pelos intelectuais católicos com a defesa do monopólio do Estado sobre a educação. No calor desse embate, Alceu Amoroso Lima (1932, p. 319) advertia que a defesa da laicização do ensino expressava o desprezo pela tradição católica do povo brasileiro, o que lhe permitia tachar os Pioneiros de “desnacionalizadores e decristianizadores da infância brasileira”. (XAVIER, 2003, p. 240).

Essa disputa deixou entrever uma visão de (controle sobre o) ensino como estratégia de sustentação da ordem vigente e nicho para exploração capitalista – a dos empresários. Em termos pedagógicos, ela representava, do lado dos católicos, a concepção tradicional, ou pedagogia tradicional, praticada nas escolas havia algum tempo. Nela, o professor detém o saber, enquanto os alunos repetem o que emana do docente, e meninos e meninas tinham escolas separadas; além disso, o foco do aprendizado era a memorização de fórmulas e conceitos. A disciplina Ensino Religioso era obrigatória, com intuito de formar moral e intelectualmente os alunos. Do lado dos renovadores, ela representou a defesa de ideias educacionais da chamava escola nova, ou pedagogia progressista. Nela, meninas e meninos estudam juntos com o objetivo de aprender com a diferença. Além disso, o professor mede o processo de ensino e aprendizagem e a dimensão psicológica da criança é considerada. Essa tendência defendia uma escola pública de qualidade que chegasse às classes desfavorecidas economicamente, ou seja, incapazes de arcar com os custos de escola privada.

Ambas as tendências orientavam os caminhos da escola pública e privada. Na época, as instituições escolares podiam seguir qualquer uma. Havia professores de escolas tradicionalistas com ideais da escola nova, e vice-versa. Daí que – diria Dourado (2006, p. 283) – a falta de uma delimitação clara entre as esferas pública e privada na sociedade e “[...] pela interpenetração ambígua dessas esferas, a disputa entre os defensores do ensino público e do ensino privado sofre alterações substantivas ao longo da história da educação, prevalecendo sempre a ideologia do setor privatista”. Com efeito, a LDBEN, em seus artigos 93, 94 e 95, indicou a concessão de subsídios financeiros a escolas particulares, mediante bolsas de estudo e financiamento da edificação dos prédios.

O desafio de entendimento do público e do privado na educação naquele momento se amplia porque a concessão de recursos públicos para escolas particulares criou uma escola híbrida: privada, mas mantida com suporte do poder público. Essa medida foi patente em vários estados, dos quais se destaca Goiás, onde iniciativas tais remontam aos primórdios da República e sustentaram uma das escolas aqui estudadas.

Com efeito, segundo Loureiro (2011, p. 18), em Goiás há três tipos de escolas: a pública, a privada e a conveniada. Das três, a segunda era considerada a mais organizada; a pública apresentava situação de precariedade e desleixo; já a conveniada contava com professores e materiais providos pelo estado e era bem conceituada na opinião da população.

A escola conveniada propriamente dita era aquela que estabelecia um tipo de convênio que o Estado denominava total, ou seja, ele fornecia todo o pessoal docente e administrativo necessário, material de limpeza e pedagógico e, ainda, assumia as despesas de água, luz e impostos. Em troca, a escola oferecia suas instalações e, até 1969, ensino gratuito; a partir de então, ensino pago de acordo com taxa estipulada pela Secretaria da Educação ou pelo Conselho Estadual de educação (LOUREIRO, 2011, p. 18).

A escola pública foi marcada por greves, em que os docentes reivindicaram condições de trabalho mais favoráveis, a exemplo do salário e das instalações. Para piorar – afirma Loureiro –, “Os pais achavam que o resultado dos baixos índices da escola pública se dava porque os professores ficavam várias vezes em greve, assim seus filhos não aprendiam”. Não percebiam o descaso dos governantes por seus filhos e a população goiana.

Por trás da maior parte das escolas privadas estavam a Igreja Católica e o ensino confessional. Também conveniadas, ofereciam vagas para alunos carentes, com

interesse de usufruir de benefícios do poder público, tais como bolsas de estudo para os alunos.

Diante do exposto, podemos pensar que, antes mesmo de ser criado em Cachoeira Dourada, o Grupo Escolar viu sua supremacia como modelo que tiraria o Brasil do atraso (o analfabetismo) ser abalada com as discussões em torno da orientação da educação no Brasil; ou seja, sobre se o Estado arcaria com a educação elementar da população de sua população, ou se caberia à escola privada fazer isso com o suporte do Governo Federal; isto é, com políticas públicas como a oferta de bolsas. Ainda assim, visto que a criação de Grupos Escolares era ação das relações entre estado e município, é importante entender um pouco da educação no município de Itumbiara e suas ações educacionais para a população do distrito de Cachoeira Dourada.

### *Educação pública em Cachoeira Dourada: a criação de Grupos Escolares*

Aos 2 de setembro de 1958, o prefeito do município de Itumbiara – Goiás, sancionou a Lei de nº 252, autorizando o poder executivo municipal a construir um prédio escolar no povoado de Cachoeira Dourada. É bem claro na Lei que “a construção será em loteamento já doado pela prefeitura” (ITUMBIARA, 1958). Nesta época o Governo Estadual ainda estava com dificuldades de estabelecer uma rede escolar, para a qual teriam que construir novos prédios na maioria das cidades goianas e capital, além de adquirir todo o mobiliário e material didático, tudo de uma só vez.

Na década de 1960 o distrito de Cachoeira Dourada recebeu muitos migrantes para a construção da 2ª etapa da UHE de Cachoeira Dourada. Eram, em sua maioria, mineiros, nordestinos e outros da região proveniente do êxodo rural. Houve, então, um crescimento populacional bem expressivo em relação ao povoado do início da década de 1950.

Em 1960, Cachoeira Dourada passa a contar com a primeira escola pública: o Grupo Escolar Tombo D’água, criado sob o governo estadual de José Feliciano. Esta escola começou a funcionar em um prédio de quatro salas de aula e outra sala pequena que servia de Secretaria, sendo os banheiros no fundo da escola. Depois, em 1964, no governo de Irapuã Costa Júnior, houve uma reforma na qual foram construídas uma sala para os professores, uma sala para a diretoria, dois banheiros internos e uma cantina. Logo depois forraram as salas de aula com forro de madeira.

### **Foto 1: Grupo Escolar Tombo D’água**



**Fonte:** Subsecretaria Estadual de Educação de Itumbiara. Fotógrafo: não identificado.

A fotografia mostra a escola em uma paisagem de mato e terra, sem árvores com aparência de isolamento; não se nota um espaço que pudesse ser chamado de pátio pedagogicamente apropriado para os alunos, como se vê pela cerca de arame farpado. O afastamento sugere que a construção de casas no Distrito foi um processo lento, considerando que o loteamento da área distrital foi feito em 1962, ou seja, a formação de Cachoeira Dourada inicialmente era composta de vários aglomerados de casas, distantes umas das outras. Anos depois é que foram construídas mais casas na região próxima a essa escola.

Este Grupo Escolar recebeu muitas crianças da região que precisavam estudar, sendo que foi responsável por atender alunos das escolas isoladas e de escolas particulares do povoado, e também os migrantes que estavam chegando. As séries oferecidas eram do Pré a 4ª série primária, sendo as aulas em dois ou três turnos, de acordo com a quantidade de matrículas. Em dois turnos o horário era de: 7h às 11h e 12h30 às 16h30. E em três turnos: o 1º de 7h30 às 10h30, o 2º de 12h às 15h e o 3º de 15h às 18h. Havia em média 35 alunos em cada sala de aula.

Com a vinda do primeiro Grupo Escolar para Cachoeira Dourada foram extintas algumas das escolas rurais próximas à cidade. Assim, no ano de 1960 a professora Juracy G. Paes Leme foi convidada a ser a diretora do primeiro Grupo Escolar do distrito de Cachoeira Dourada. Com ela veio Dona Maria Fernandes Paes Leme, sua prima, que já trabalhava como professora na região também (MORADOR 4, 2016).

**Foto 2: Professora Juracy G. Paes Leme**



**Fonte:** Acervo particular: Neda G. Paes Leme.

Juracy Gomes Paes Leme foi a primeira normalista e funcionária do Estado na região de Cachoeira Dourada. Seus estudos foram realizados na cidade de Uberlândia – Minas Gerais, no antigo Colégio Brasil Central. Formou-se aos 16 anos na Escola Normal e depois, retornando para a fazenda de seu pai Eurico Paes Leme, foi ensinar seus irmãos e sobrinhos a ler e escrever. Esta foi a primeira professora normalista da região de Cachoeira Dourada, sendo que depois tornou-se a primeira diretora do Grupo Escolar Tombo D'água, em 1960 (MORADOR 4, 2016).

Sobre a importância do valor da profissão de diretora no Grupo Escolar, Faria Filho (2014, p. 99-100) destaca:

O espaço do Grupo Escolar denota não apenas mudanças ou continuidades na forma de conceber a educação escolar e suas relações com a sociedade como um todo, mas também o aparecimento e fortalecimento de uma nova categoria profissional: a das diretoras. Estas, mesmo quando se ocupavam de uma sala de aula, contavam com um espaço próprio para o trabalho.

Desde o início da criação do Grupo Escolar em 1960, percebe-se por meio da fotografia 3 que a diretora Juracy Paes Leme tinha uma preocupação em levar os professores do Grupo Escolar Tombo D'água para as formações pedagógicas oferecidas pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Nesta imagem as professoras e diretora estavam recebendo os cumprimentos de funcionários da Secretaria de Educação. A diretora Juracy aparece na foto à direita, segurando um documento.

**Foto 3: Docentes do Grupo Escolar Tombo D'água**



**Fonte:** Acervo particular: Neda G. Paes Leme.

A professora Maria Fernandes Paes Leme, prima da diretora Juracy G. Paes Leme, estava à esquerda na fotografia 3 e teria estudado no Rio de Janeiro em Escola Confessional. Antes de fazer parte do corpo docente do Grupo Escolar Tombo D'água, “dona Mariinha”, como era chamada pela população cachoeirense, já havia sido professora na escola rural juntamente com a dona Juracy Paes Leme. Depois, quando se mudou para o distrito de Cachoeira Dourada, criou em sua residência uma escola particular, assim ela continuou lecionando. Isto aconteceu em meados da década de 1950. Segundo uma ex-aluna, dona Maria Fernandes era considerada uma professora dedicada e atenciosa, sendo que alfabetizou muitos alunos da região e é lembrada e querida por todos, desde os pais até os alunos da cidade (MORADOR 6, 2015).

As primeiras diretoras do Grupo Escolar Tombo D'água até a década de 1970 foram: Juracy Gomes Paes Leme, Maria Bueno Ribeiro, Maria Fernandes Paes Leme e Crinaura Terezinha Lopes, sendo que por um bom tempo as diretoras exerceram as duas funções, professoras e diretoras. Provavelmente tal atitude acontecia pela ausência de docentes na região. A partir de 1970 a escola teve seu nome mudado, passando a se chamar Escola Estadual Dr. Inácio Pinheiro Paes Leme; posteriormente foi excluída a abreviatura “Dr” (doutor)<sup>iii</sup>.

A parceria ou convênio que o governo de Goiás tinha com municípios goianos começa a ficar clara desde o momento de leitura das fontes de criação do Grupo Escolar Tombo D'água. Como já foi mencionado anteriormente, o lote foi doado pelo município de Itumbiara. Outro dado que demonstra essa parceria é o fato de que havia alguns

professores desse Grupo Escolar que eram funcionários do Estado e outros contratados pela prefeitura. Como consta no Livro de Ata do Grupo Escolar Tombo D'água:

Eu, Maria Bueno Ribeiro dei início às minhas atividades como professora Estadual, nomeada interinamente no Grupo Escolar Tombo D'água de cachoeira dourada, no dia 1º (primeiro) de março de 1965 assumindo a direção das classes da 3ª e 4ª séries primárias (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA, 1965-70)

Sobre os contratos, continua:

Aos 7 (sete) dias do Mês de abril de 1965 iniciaram suas atividades como professoras substitutas do Pré e 1º anos a Sra. Marinha Martins Rodrigues e Sra. Evalda Eleutério Rodrigues. Remuneradas pela Sub. prefeitura local (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA, 1965-70).

A subvenção do município ao Grupo Escolar Tombo D'água, que era uma escola de responsabilidade do estado de Goiás, pode-se confirmar ao ler a quinta ata do Livro de Atas do ano de 1965 desta escola. Através de sua leitura vimos que a diretora e professora Maria Bueno Ribeiro era nomeada pelo o Estado, e este era quem pagava seus honorários. Assim, segue um trecho da ata:

Sendo-me feita a entrega pela mais antiga professora do estabelecimento Prof.<sup>a</sup> Maria Fernandes Paes Leme contando o mesmo com: 4 salas de aula mobiliadas de carteiras em ótimo estado de conservação, secretaria desprovida de mobiliários e sem nenhum livro ou documentos que conste a existência anterior de funcionamento do Grupo Escolar, pátio cercado de arame. Funcionando a escola com 230 alunos matriculados e 4 professoras sendo eu nomeada pelo Estado e demais pela Prefeitura Municipal (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA, 1965-1970).

Sobre os primeiros professores do Grupo Escolar Tombo D'água, encontramos um número mais significativo de professores do gênero feminino do que do gênero masculino: eram vinte mulheres e nove homens que ministravam aulas de 1ª a 4ª série. Todos esses professores fizeram parte do processo educacional deste Distrito por um bom tempo, sendo que a maioria deles lecionou por mais de uma década (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA (1965-70)

A respeito da feminização do magistério, Catani (2016) nos fala dos estudos de Antônio Nóvoa em Portugal, estudos estes relacionados à profissão docente nos séculos XVIII a XX. Nóvoa afirma que há semelhanças com a realidade da história da profissão docente em nosso país e também em muitas outras “sociedades ocidentais”. Além disso, indica que as pesquisas a respeito das instituições de formação de professores revelam

que nesse momento houve um maior interesse do gênero feminino pelo exercício da docência.

Embora hoje exista um maior número de mulheres na docência, Heloísa Villela (2016) diz em seu artigo “O mestre-escola e a professora”, que historicamente a docência era uma carreira do gênero masculino. No entanto, as mulheres se empenharam para se inserir nesta profissão e a Escola Normal teve um fundamental papel na preparação/formação dessas profissionais que lutaram “pelo acesso a um trabalho digno e remunerado” (VILLELA, 2016, p. 119)<sup>iv</sup>.

No início de 1965 havia 160 alunos matriculados no Grupo Escolar Tombo D’água, em cinco séries: Pré-primário, Primeira série, Segunda série, Terceira série e Quarta série. As professoras eram apenas quatro, assim uma mesma professora ministrava aulas em duas turmas, como foi o caso da D. Maria Bueno, que além de diretora era também professora de duas séries, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup>. Ao analisar o livro de Ata de Resultados Finais do Grupo Escolar Tombo D’água, encontramos a movimentação do fluxo de alunos desta escola durante seis anos.

**Quadro 1: Quantidade de alunos do Grupo Escolar Tombo D’água (1965-70)**

ANO	QUANTIDADE DE ALUNOS
1965	160
1966	360
1967	358
1968	250
1969	214
1970	180
Total	1.522

**Fonte:** Grupo Escolar Tombo D’água (1965-70).

Os números do quadro nos mostram claramente o grande fluxo da chegada de migrantes em busca de trabalho para a região de Cachoeira Dourada, porém mais acentuado nos anos de 1966 e 1967 e reduzindo-se no período entre os anos de 1968 a 1970. Certamente, essa movimentação se deu devido à segunda etapa da UHE, que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970 (ROCHA, 2005).

O planejamento das aulas era feito durante o final de semana, quando o professor estivesse em casa. A diretora passava as orientações aos docentes em reunião e estes planejavam suas aulas para a próxima semana; chegando à escola na segunda-feira, o caderno seria entregue para a diretora ler e anotar as observações caso precisasse (GRUPO ESCOLAR TOMBO D’ÁGUA, 1965-1970).

As datas comemorativas geralmente eram comemoradas com apresentações dos alunos, que recitavam poesias, cantavam músicas, declamavam poemas, dentre outras

apresentações. Havia festividades no dia das mães, dia da Independência do Brasil, dia das crianças e, principalmente, nos dias de formatura (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA, 1965-1970).

No final de 1965 foi feita uma avaliação final de desempenho dos alunos; estas avaliações eram adquiridas pela diretora do Grupo Escolar Tombo D'água da 8ª Delegacia do Ensino Primário de Morrinhos-GO. Portanto, como a escola não possuía verbas, a diretora pedia contribuição em dinheiro para todos os alunos fazerem sua prova final. Para aplicar esses exames havia um rigor e uma organização, sendo que elaborava-se um cronograma com data, série e nome do professor examinador; este deveria ser um docente de outra série, não podendo ser o regente da mesma sala de aplicação das provas. Assim, outro professor seria o responsável por aplicar e corrigir essas avaliações.

*A Segunda Instituição: o Grupo Escolar Cachoeira Dourada na interseção entre o público e privado*

O Grupo Escolar Cachoeira Dourada teve início em 1963, quando ainda funcionava em uma casa da Vila Operadora da empresa CELG. Este Grupo foi criado pelo consórcio das empresas Convap e Mendes Júnior, prestadoras de serviços para CELG na obra da construção da UHE de Cachoeira Dourada-GO. Era uma escola construída com o dinheiro público, porém só poderia ingressar nela quem fosse filho de funcionários da obra. Outros moradores, como os filhos dos fazendeiros, agregados e pescadores da região não podiam estudar ali.

Em 1963 a obra do segundo Grupo Escolar ainda não estava concluída, desse modo foram estudar em uma “Escolinha” improvisada, na primeira casa residencial da Vila Operária: Lote 01 e Quadra 01. O corpo docente dessa escola era formado pelas seguintes professoras: Berenice, Lavínia, Luíza, Odênia, Maria Risonete, Francinete e Elza de Jesus, além da diretora Terezinha Tannús. Sobre isso, a ex-diretora nos relata:

Para dirigir esta “Escolinha”, como todos tratavam, fui chamada pelo referido consórcio, dando-me toda autoridade apoio para o início de uma nova etapa. O consórcio comprou todo o mobiliário escolar, as carteiras e quadros enchiam os quatro quartos, a sala e a pequena cozinha onde existia um fogão a lenha e a pia. Ao lado da cozinha ficava o banheiro. Os cômodos ficavam lotados e a pequena cozinha era a minha Diretoria, secretaria, bebedouro e tudo mais que fosse necessário (TANNÚS, s. d., p. 7).

Foram muitos problemas enfrentados: pouco espaço físico, quantidade de alunos cada vez maior, falta de tempo para orientação das professoras iniciantes e falta de material para o bom funcionamento do grupo. “Na nossa Escolinha apertada como sempre, amontoávamos nossos pequenos alunos que sonhavam com o novo Grupo Escolar” (TANNÚS, s. d., p. 11).

A mudança para o prédio do Grupo Escolar Cachoeira Dourada foi no dia 05 de maio de 1964. A constituição do Grupo Escolar era uma inovação para todos naquele momento, principalmente para os alunos mais antigos da obra, os quais vinham estudando em casas com pouco espaço ou em cômodos com divisórias. Como estavam no auge da construção da segunda etapa da obra da UHE, o fluxo de aluno nos Grupos Escolares só aumentava. De acordo com a ex-diretora, a entrada nessa escola foi muito desejada por todos os funcionários e alunos.

O Grupo Escolar Cachoeira Dourada era constituído de seis amplas salas com grandes janelas de vidro; em cada sala havia um quadro verde bem grande na parede, um belo pátio coberto, banheiros masculino e feminino, uma pequena cozinha e área de serviço. Do outro lado ampla sala, banheiro e três salas para a diretoria. As professoras e os alunos vibraram com o espaço e conforto individual de cada um. Observando a relação de professores deste quadro, podemos perceber que no Grupo Escolar Cachoeira Dourada só havia docentes do gênero feminino, não tinha nenhum professor do gênero masculino. Provavelmente esse fato se deve pela farta oferta de trabalho para os homens na UHE, consolidando assim a feminização do magistério nesse Distrito (TANNÚS, s. d., p. 11).

As funcionárias do Grupo Escolar Cachoeira Dourada eram vinculadas a uma dessas empresas consorciadas: (rever siglas) Convap, Hidropav, Mendes Júnior ou CELG. O corpo discente era formado por tipos variados de alunos, como filhos de engenheiros, filhos de diretores de empresas e filhos dos trabalhadores braçais. Essa escola tinha um convívio cultural escolar diferenciado, pois no Livro de Matrícula de 1964 constavam as cidades e estados de onde vieram os alunos migrantes. Como foi considerada uma grande obra, a construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada recebeu funcionários de vários estados brasileiros: Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Goiás e também de todos os estados da região nordeste.

Algumas das professoras do Grupo Escolar Cachoeira Dourada eram normalistas, outras tinham completado o curso ginasial e poucas tinham apenas o 4º ano primário. O que para a época era normal, os que terminavam o 4º ano primário podia ensinar nos Grupos Escolares. De acordo com as fontes esta era uma prática que acontecia

em Cachoeira Dourada, mas esta escola consorciada em relação aos outros Grupos Escolares tinha um maior número de professoras normalistas (TANNÚS, s. d., p. 11).

**Foto 4: Professoras do Grupo Escolar Cachoeira Dourada – 1966**



**Fonte:** Acervo pessoal da Professora Terezinha Ribeiro Tannús.

Em 1968, momento em que a CELG – como vimos – projetava-se no cenário de desenvolvimento energético do país, achou-se conveniente mudar o nome do Grupo Escolar Cachoeira Dourada para Instituto Novo Goiás, em uma alusão clara aos tempos vividos pela empresa estatal. Com essa mudança de nome estaria, também, uma perspectiva de mais qualidade educacional, sendo que nesse ano esta escola passou a oferecer o curso ginásial.

#### *A terceira instituição construída em Cachoeira Dourada: Grupo Escolar José de Paiva*

Com a chegada cada vez maior de famílias para a região em busca de empregos para o término da II etapa da UHE de Cachoeira Dourada, sua maioria com filhos em idade escolar, foi necessária a construção de mais um Grupo Escolar para esta comunidade. Foi assim que o subprefeito Damião Gois de Medeiros e o vereador Enéas Paiva solicitaram ao prefeito do município de Itumbiara, Sebastião Xavier Júnior, um novo Grupo Escolar para Cachoeira Dourada.

Em outubro de 1968 foi inaugurado o Grupo Escolar José de Paiva, pelos políticos e moradores da época. Composto por um pavilhão com quatro salas, cantina, secretaria e dois banheiros simples. O nome dado a este Grupo Escolar foi em homenagem ao pai do vereador Éneas Paiva, o senhor José de Paiva, conhecido como Juca Paiva, por ser um morador antigo da municipalidade e conhecido por todos que

residiam na região. As primeiras diretoras do Grupo Escolar José de Paiva foram: Valzeni Moraes Pineto, Lindaura Lisbôa Pontes e Dilma Ferreira, até o ano de 1973.

De acordo com o quadro de funcionários do Grupo Escolar José de Paiva, existiam aproximadamente treze professoras e apenas um professor, duas secretárias, um zelador e duas serventes. Nota-se que a maioria dos docentes desta escola era do gênero feminino também. Um fato observado foi que alguns professores dos Grupos Escolares eram professores das antigas escolas rurais do município. Outro fato observado no levantamento das fontes, foi que vários professores do Grupo Escolar Tombo D'água eram também funcionários do Grupo Escolar José de Paiva. (ESCOLA MODELO 14 DE MAIO, 1970-1973).

Até o início da década de 1970 as escolas só ofereciam o ensino primário, ou seja, de Pré-inicial a 4ª série. Após isso havia mais estudos para os alunos da região, assim as famílias mais abastadas enviavam seus filhos para cursar ensino secundário e Normal em cidades próximas, como: Cachoeira Dourada-MG, Itumbiara-GO e Tupaciguara-MG. Em Tupaciguara estudavam nas escolas Colégio Interno Imaculada Conceição e Escola Arthur Bernardes, em Cachoeira Dourada de Minas frequentavam a Escola Estadual Camilo Chaves e em Itumbiara eram o Colégio Diocesano, a Escola Estadual Dom Bosco e em outras escolas particulares que haviam na cidade.

No dia 11 de setembro de 1974, a Lei de nº 245-74 mudou o nome da escola passando a oferecer o ensino ginásial, de 5ª a 8ª séries. “Dispõe sobre a criação da Escola Municipal do Primeiro Grau Papa João XXIII, no Distrito de Cachoeira Dourada e dá outras providências” (ITUMBIARA, 1974, s/p). Alguns atribuem a mudança do nome a uma homenagem à presença dos irmãos maristas, estes chegaram nesse Distrito no início da década de 1970 com objetivo de evangelizar a população.

Como haviam estudado em colégios seminaristas e eram conhecedores de vários idiomas, além de serem apreciados pelos moradores. Não foi difícil serem convidados para ministrar aulas nos cursos secundaristas. Eles foram pessoas importantes para implantar o ensino de 5ª a 8ª séries, pois apesar de a educação pública ser laica, a influência da Igreja Católica se dava de muitas maneiras na educação da população (ITUMBIARA, 1974).

A Escola Municipal de Primeiro Grau Papa João XXIII tinha como diretora D. Celeste Maria Soares e Mussel, que ficou à frente da escola de 1974 a 1975. No ano de 1976 a 1980 esteve como diretora a senhora Nilza Oliveira Costa, e depois, dando continuidade, a Professora Divina Fátima Costa, de 1981 a 1982. Neste ano, o distrito de Cachoeira Dourada se elevou a município.

É importante salientar que as diretoras dos três Grupos Escolares de Cachoeira Dourada eram de origem de famílias tradicionais e também participantes da política local.

**Foto 5: Escola Municipal do Primeiro Grau Papa João XXIII (1975)**



**Fonte:** Acervo da Escola Municipal Modelo “14 De Maio”, 2016.

Na foto 5 vemos um pouco das características da escola nas apresentações: pátio amplo; meninas de um lado da bandeira e meninos do outro; os uniformes também eram diferenciados entre os gêneros; e a maior parte dos alunos eram crianças brancas.

Em 1983, com a Lei 14/83 houve nova mudança de nome, de Escola Municipal Papa João XXIII para Escola Modelo 14 de Maio: esta foi uma homenagem à data de emancipação política do município de Cachoeira Dourada. As mudanças de nomenclatura dessa escola expressam a relação entre o público e o privado na educação desse município.

O ensino público chegou a Cachoeira Dourada em 1960, e até o final dessa década já existiam três Grupos Escolares, contribuindo com a construção de determinados valores e costumes idealizados que iam além do ensino de ler e escrever. Pensando assim, devemos tentar entender como foi o cotidiano dessas escolas desde o início de sua implantação até o início da década de 1970, as dificuldades que enfrentaram no decorrer desse tempo, as suas práticas pedagógicas, as suas comemorações festivas e cívicas e as representações que carregaram em seu dia a dia.

### *Considerações finais*

Os primórdios da história de formação do Distrito e da história da educação de Cachoeira Dourada-GO estão vinculados a interesses políticos. Tal entendimento decorre das leituras de referenciais da história da educação no Brasil e também da

história de Goiás, paralelo à leitura que fizemos das fontes levantadas para esta pesquisa.

De acordo com Nars Fayad Chaul, desde os anos de 1930 havia em Goiás dois grupos que disputavam o poder político do estado, um dos grupos políticos lutavam pela modernização do Estado, representando a economia de mercado. E o outro representava a tradição e seguimento de privilégios. (CHAUL, p.166)

Nesse ambiente de disputas e euforia econômica segundo Chaul, a região sul e sudoeste eram as regiões mais desenvolvidas de Goiás. “ Por sua vez, os políticos ligados aos Caiado não impulsionavam a economia goiana conforme os grupos do sul e sudoeste acreditavam ser possível”. Nesse ambiente político surgem na região sul do estado, em Cachoeira Dourada na década de 1960 os primeiros Grupos Escolares. (CHAUL, p.167-168)

Cachoeira Dourada se tornou Distrito devido à construção de uma UHE, ou seja, para acolher a demanda de uma população que se envolveu com a grande obra que levaria anos para sua conclusão. Esta obra decorreu de acordo político entre o governador de Goiás Pedro Ludovico e Juscelino Kubitschek, que na época era governador de Minas Gerais e emprestou verba para a etapa inicial para a construção da UHE. De acordo com as fontes consultadas sobre essa construção e seus financiamentos, pode-se pensar que o fato da UHE enviar energia para Brasília foi resultado de acordos entre esses dois políticos. Isto porque a princípio falava-se apenas em mandar energia para Goiânia capital do estado, algumas cidades de Goiás e de Minas Gerais. A UHE era estatal, mas resultou de acordos entre a iniciativa pública e iniciativa privada.

No campo educacional, nesse período, uma medida de grande impacto foi a promulgação da LDBEN de 1961, que obrigou as empresas empreiteiras ligadas à construção da UHE a se tornarem mantenedoras de um Grupo Escolar, que era uma instituição de natureza pública, originada com ideais republicanos de popularização do ensino.

Como até meados dos anos de 1950 Cachoeira Dourada não passava de um pequeno povoado às margens de um rio, onde viviam pescadores e também camponeses que viviam de lavrar a terra para sobreviverem, acreditamos que até então não havia interesse dos políticos em construir uma instituição escolar nesse povoado, de forma que as poucas escolas isoladas localizavam-se em microrregiões onde havia fazendeiros de maior influência. Somente na 1ª etapa da construção da UHE foi erguido um Grupo Escolar com uma arquitetura pensada para abrigar o público disperso pelas escolas

isoladas da região. Por isso, podemos pensar que a criação do Grupo Escolar Tombo D'água foi uma ação que visava atender a legislação da época, mas também aos interesses da mão de obra atraída pela grande construção, de maneira que pode-se afirmar que foram os interesses estratégicos da economia e da política que fomentaram as ações educacionais em Cachoeira Dourada de Goiás. Assim, os trabalhadores ligados a UHE podiam vir para trabalhar e trazer suas famílias de forma que no povoado já existia escola para as crianças.

A situação peculiar resultante desse cenário é que passaram a coexistir dois tipos de escolas subvencionadas pelo Estado: um Grupo Escolar estadual e mantido pelo município e por empresas prestadoras de serviço para a estatal CELG. Essa coexistência deixa entrever uma ponta de contradição, como o governo em 1960 não tinham condições de manter o Grupo Escolar Tombo D'água, em 1963 esse mesmo pode investir consideravelmente na construção do segundo grupo: o Grupo Escolar Cachoeira Dourada. Sua arquitetura, pelo que analisamos, foi bem mais arrojada para época em relação à edificação da primeira escola no município. Fica visível a intersecção do público com o privado no campo da educação não apenas local, mas também nacional: os limites do financiamento; a estruturação escolar; a composição do corpo docente, administrativo e funcional; a organização escolar; as práticas pedagógicas e didáticas ao final da década de 1960 se destacavam nessa escola pela imbricação das esferas público e privada, mais do que nos outros Grupos Escolares do Distrito.

Podemos pensar que eram situações parecidas no caso dos Grupos Escolares. Independente se a escola era a pública ou aquela mantida também por empresas particulares, o que pode ser visto, de acordo com as fontes, é uma situação de necessidade em que as escolas têm de improvisar. Por exemplo, as diretoras dos Grupos Escolares tinham de executar muitas atividades, tais como lecionar, fazer serviço de secretaria e cuidar da direção. Chamou atenção a presença da igreja nos Grupos Escolares de Cachoeira Dourada. Essas instituições tinham outras semelhanças, elas passavam por dificuldades financeiras, mesmo que um recebesse verba de duas fontes. A caixa escolar foi um fator ressaltado nas fontes, com a contribuição de muitos alunos, principalmente no Grupo Escolar Tombo D'água, significando que as verbas do município não eram suficientes diante da demanda do Distrito, que era crescente. Essas escolas cumpriram seu papel de escolarizar e formar a população, que crescia consideravelmente.

De certa forma, podemos dizer que esta foi a primeira reflexão escrita sobre as práticas escolares e seu cotidiano em Cachoeira Dourada. Portanto, podemos constatar

que há lacunas na historiografia goiana sobre as instituições escolares, principalmente em nossa região. Há uma necessidade de continuação dessa pesquisa para aprofundar melhor sobre as práticas vivenciadas nessas escolas, só assim poderemos enriquecer nossa historiografia tanto local quanto regional. Desse modo, poderemos conhecer melhor o papel desempenhado por cada membro educacional da comunidade cachoeirense.

## Referências

- ALMEIDA NETO, Sidney Pereira de. *Itumbiara, um século e meio de história*. Itumbiara: Terra, 1997, 47p.
- BRASIL, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e bases da Educação-LDB. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br/lizanata/LDB>. Acesso em 14 set. 2016.
- CATANI, Denice Bárbara. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 2. ed. Goiânia: ed. UFG; 2001.
- CRUZ, Marta Vieira. *Brasil nacional-desenvolvimentista (1946–1964)*. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_083.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_083.html)>. Acesso em: 22 jul. 2014.
- DOURADO, L. F. O público e o privado na agenda educacional brasileira. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Org.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2006.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Prefácio. In: RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza, SILVA; Elizabeth Farias de. *Primórdios da escola pública republicana no Triângulo Mineiro*. Ituiutaba: Egil, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906-1918)*. Uberlândia: UFU, 2014.
- GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA. *Livro de matrícula 1967-1968*. 100 p. Encadernação em capa dura.
- \_\_\_\_\_. *Livro de ponto funcionários 1970*. Caderno ata folhas.
- ITUMBIARA. Câmara Municipal. *Lei 245-74*. Dispõe sobre a criação da Escola Municipal do Primeiro Grau Papa João XXIII, no Distrito de Cachoeira Dourada e dá outras providências. 1974. Datiloscrito. Fotocópia. Arquivo Público de Itumbiara, GO.
- LOUREIRO, Walderês Nunes. *Qualidade da educação e privatização de recurso público*. Goiânia: UFG, 2011.
- MACHADO, Maria C. G. *Rui Barbosa: pensamento e ação*. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2002.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria método e criatividade*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.
- MORADOR 4 — D. G. M. Chegou ao povoado em 1952.
- MORADOR 6 — L. F. M. C. Nasceu em Cachoeira Dourada de Minas Gerais.
- NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas: Alínea, 2009.
- ROCHA, Hélio. *Memória da energia em Goiás*. Goiânia: ed. do autor, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SAVIANI, Dermeval. O público e o privado na história da educação brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Maria T. *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas: Autores Associados, 2005.

SOUZA, Rosa F. de. *Alicerces da pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado das letras, 2006, p. 26-48.

VALDEZ, Diane; BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. *Produção em história da educação em Goiás*. In: SÁ, Elizabeth Figueiredo; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (Org.). *Fontes, pesquisa e escrita da educação no Centro-Oeste*. Cuiabá: UFMT, 2012.

VIDAL, Diana G. (Org.). *Grupos escolares no Brasil: cultura escolar primária e escolarização da infância*. Campinas: Mercado das Letras, 2006; SOUZA, R. F. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: ed. UNESP, 1998; NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: FNME, 1974.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al. *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed.; Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

XAVIER, Libânea Nacif. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. *Revista brasileira de história da educação*, n. 5, jan./jun. 2003 p. 240 [234–51].

TANNÚS, Terezinha. *Memorial*. Goiânia, GO, s. d, 75 p. Digitado, impresso, encadernação em espiral.

---

i

“Ao buscar compreender a história da constituição da instituição escolar em nosso país, por meio de pesquisas que se dedicam à investigação sobre os processos e lutas sociais que, em um determinado tempo e lugar, produziram uma determinada escola e, mais ainda, ao propor-se compreender as linhas de força que presidem a estruturação e funcionamento de tais instituições, os historiadores da educação têm ampliado seu diálogo e colaboração com grupos sociais os mais diversos, tais como professores, pais de alunos e demais membros da comunidade escolar” (FARIA FILHO, 2003, p. 14-15).

ii Em de abril de 2013, a coordenação pedagógica da Escola Modelo 14 de Maio – onde lecionamos – reuniu seus professores a fim de escolher temas a serem propostos para os alunos do 5º ano como projeto político-pedagógico. Foi escolhida a “Leitura e reflexão das paisagens modificadas do município”, um assunto que abrangeria a Geografia e a História. O objetivo era conhecer como se processa a história local e a memória histórica do município de Cachoeira Dourada.

iii Este Grupo Escolar foi estabelecido pelo Conselho Estadual de Educação no dia 19/01/1973 pela resolução da escola nº 909. Já a lei de criação da escola só saiu um tempo depois, no Governo de Irapuã Costa Júnior: a escola foi registrada pela lei de criação 8.408 de 19 de Janeiro de 1978, sendo o Secretário de Educação da época Humberto Ludovico de Almeida Filho.

iv Na região de Cachoeira Dourada de Goiás, a primeira Escola Normal começou a funcionar no final da década de 1930. Foi a Escola Normal Ricardo Campos, na cidade de Itumbiara, construída com o objetivo de formar professoras normalistas para atender as escolas rurais, isoladas, reunidas e os Grupos Escolares da região do Sul de Goiás. Sobre a existência da Escola Normal o memorialista Sidney Almeida Neto (1997, p. 47) nos relata: “Em 1938. Foi instalada a primeira escola do Curso normal, regida pela professora D. Lucília Alencar Araripe, funcionando bem e deixando várias moças normalistas bem instruídas e que tem até hoje prestado o seu concurso a educação de Itumbiara. A Escola Normal Municipal Ricardo Campos, deixou grandes benefícios e proveitosos frutos para o ensino em nosso município”.

---

Artigo submetido em 03 de outubro de 2017 e aceito em 24 de outubro de 2018.